

## VICISSITUDES DA SUPERVISÃO PSICANALÍTICA

Isaac Pechansky\*, Porto Alegre

Pretendo destacar alguns aspectos que me parecem relevantes no desenvolvimento do processo da supervisão, sem entrar em maiores considerações teóricas sobre o tema, e muito menos na discussão de conceitos. Este é um assunto que vem sendo discutido amplamente em Congressos Psicanalíticos e nos encontros realizados pelo International Journal. Foi, inclusive, tema tratado nas Conferências de Analistas Didatas da IPA (Amsterdã, 1993 e São Francisco, 1995). O objetivo aqui é propor algumas questões que possam ser encaminhadas para uma discussão no plenário deste VI Simpósio Anual da SPPA.

Meu primeiro contato com a supervisão psicanalítica foi no início da década de sessenta, com Celestino Prunes. Entre muitas coisas importantes ele também me disse: “Vais te defrontar com três pessoas: teu paciente, teu supervisor e teu analista”. Eu havia iniciado a conversa com uma certa preocupação, já que era o momento de começar a supervisão de meu primeiro caso de análise. Até então, minha experiência havia sido com supervisão em psicoterapia. Saí de lá mais preocupado do que entrara. Com o passar do tempo, porém, fui me dando conta da importância e do acerto das palavras do meu primeiro supervisor. Hoje, passados esses anos todos, tendo acumulado experiência como supervisionando e como supervisor, fico cada vez mais convencido que a supervisão psicanalítica é, na verdade, uma relação a três.

A supervisão psicanalítica, antes de mais nada, é uma relação de ensino-aprendizagem. Como qualquer relação bipessoal, pode despertar sentimentos, tanto no supervisionando quanto no supervisor. Além do interesse manifesto de cumprirem uma das exigências da formação psicanalítica, ambos podem utilizar essa relação para a satisfação de outras necessidades, o que fica na dependência das características pessoais de cada um.

O processo tem início com a escolha voluntária feita pelo candidato: ele indica o supervisor de sua preferência, e essa escolha, é claro, não é feita de forma aleatória. Um convívio profissional prévio, uma experiência de ensino anterior, o tão famoso “por ouvir falar”, e outros tantos fatores não tão conscientes assim, interferem na escolha do supervisor. Aliás, não é por esse mesmo caminho que se escolhe um analista? Por outra parte, o supervisor pode se sentir gratificado pela escolha, já que, na verdade, foi distinguido, entre tantos outros supervisores, pela confiança que nele depositou o candidato.

Assim, nesse momento que podemos chamar de “idílico”, ambos se põem a trabalhar. O supervisor, com seus conhecimentos teóricos, técnicos e clínicos, adquiridos ao longo de sua própria formação e experiência profissional, está plenamente identificado com a tarefa de auxiliar o candidato a encontrar uma identidade própria como psicanalista. Pois é esta, exatamente, a função do supervisor: participar da formação do candidato, oferecendo-se como objeto de identificação, buscando corrigir distorções, apontando acertos e erros, trocando experiências, sendo continente diante da ignorância e inexperiência do candidato. Tudo isso adquire maior importância se comparado às informações teóricas e técnicas, também necessárias no processo de supervisão. Por sua parte, o candidato, nesse momento idílico, também participa com seus próprios conhecimentos e experiências, através do relato que faz do caso a ser supervisionado. Ele é um participante ativo, na medida em que vai acumulando a experiência da supervisão, incorporando ensinamentos, manejos, técnicas e conduta analítica. O candidato é a figura central de todo o processo de supervisão, e sobre ele recai, portanto, a maior carga de preocupações e angústias.

Mas nem tudo é idílico. Supervisor e supervisionado, cada um a seu modo, e com pesos diferentes, podem viver esse trabalho de forma persecutória, sendo a Instituição Psicanalítica a grande perseguidora. O candidato deve “prestar contas” de sua tarefa ao supervisor que, a um tempo só, pode ser sentido como um crítico severo e um juiz que vai lhe conferir um conceito junto à Comissão de Ensino. Como se isso não bastasse, ele também se vê às voltas com o seu analista pessoal, com quem deve resolver as ansiedades despertadas na própria supervisão, incluindo as manifestações contratransferenciais tantas vezes emergentes no trato com o seu paciente.

Um complicador a mais nesse complexo de sentimentos é a preocupação com a possibilidade de o paciente interromper o tratamento, ocorrência nem tão rara assim. É o Regulamento do Instituto, a exigir agora providências por parte do candidato: ele deve conseguir um novo paciente para supervisão, tarefa nem sempre fácil nos dias de hoje.

Por outro lado, o supervisor, “pressionado” pela Instituição a cumprir adequadamente seu papel de professor, pode ficar exposto à necessidade de dar um bom andamento ao seu trabalho, mediante um interesse maior de melhorar o paciente do candidato. Isso poderá levá-lo a um caminho distinto dos objetivos da supervisão, ou seja, forçar o candidato a tomar atitudes interpretativas para as quais ele ainda não está preparado. Fica, assim, o foco deslocado para o paciente, e o resultado disso pode ser o de colocar o supervisionado, por submissão, na condição de mensageiro de recados para dentro do “setting” psicanalítico.

O supervisor, como didata e professor do Instituto, deve estar atento também para as questões pessoais que porventura possam existir dentro da própria Instituição, tais como rivalidades com outros supervisores, divergências teóricas, disputas veladas pelo poder, às vezes não tão veladas assim. Tudo isso pode interferir em todo o processo de ensino, criando um clima que possa favorecer o estabelecimento de conluios com os supervisionandos o que, no meu entender, perverte os objetivos da própria supervisão. Cabe ao supervisor, portanto, detectar, tanto nele próprio quanto no supervisionando, possibilidades de diálogos que possam revelar tais interesses, entendendo-se que esse não é o fórum adequado para a discussão de problemas institucionais.

Um alerta final: algumas manifestações, por assim dizer, transferenciais, em relação ao supervisor, devem ser entendidas como possíveis “acting-out”. Acho comprometedor utilizar a expressão “transferência” na relação supervisor-supervisionando, no mesmo sentido com que se entende a transferência na relação analista-paciente. Da mesma forma acho comprometedor falar-se em sentimentos contratransferenciais por parte do supervisor: ele pode gostar ou não do supervisionando, pode se entusiasmar ou não com o seu trabalho, pode se gratificar ou não com o andamento da supervisão, mas isso nada tem a ver com contratransferência, expressão de uso exclusivo do “setting” analítico.

Como se vê, são muitas e, por vezes, complexas as situações no processo de ensino-aprendizagem da supervisão, porque envolvem questões de relacionamento entre supervisores e supervisionandos, e desses com a própria instituição a que

pertencem.

**Isaac Pechansky**

Rua Sinimbu, 129

90470-470 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA

---

\* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

---

[| Voltar ao Topo |](#)

[| Voltar ao Sumário |](#)